



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 2

“EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES”

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO: SUAS MÚLTIPLAS FACES

MR2.1. Economia Solidária, Universidade e Comunidade

EMENTA

Contribuir para as discussões do Eixo: Políticas Públicas e Desenvolvimento Social. A Economia Solidária mais do que nunca se apresenta como uma alternativa de transformação social e de desenvolvimento econômico, local, regional e territorial. Visa a organização de pessoas para a geração de trabalho, renda e bem viver. Seu avanço depende, entre outros fatores, da construção e efetivação de políticas públicas e da participação crescente das universidades e comunidades. O debate e a troca de experiências propostas por esta mesa visa a integração latino-americana em torno destes objetivos comuns.

Coordenador: Alnary Nunes Rocha Filho – Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Alexandre Cunha Gonçalves: Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Ponta Grossa - (IESOL/UEPG - BRASIL)

Luiz Inácio Gaiger: Universidade do Vale dos Jesuítas do Rio Grande do Sul – (UNISINOS – BRASIL)

Daniel Maidana: Centro de Servicios a La Comunidad - Universidad Nacional de General Sarmiento – (UNGS - ARGENTINA)

Magdalena León T.: Fundación de Estudios, Acción y Participación Social – (FEDAEPS – ECUADOR)

RESUMOS APROVADOS

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS INCUBADORAS POPULARES: o caso da Incubadora de Empreendimentos Solidários – IESol-UEPG. (autor(es/as): **ALNARY NUNES ROCHA FILHO**)

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Prê Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR (autore(s/as): **Carla Caroline Correia**)

Da Crítica para às Ideias e das ideias à prática: a experiência formativa do programa de honra em economia solidária, meio ambiente e desenvolvimento de base local da UFPR. (autor(es/as): **Christian Henríquez Zuñiga**)

Projeto Bem da Terra: Limites e Possibilidades (autor(es/as): **Cristine Krüger Garcias**)

APARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA EXTENSÃO EM PROJETOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DA UNICENTRO – IRATI – PARANÁ (autor(es/as): **Elmarilene Walk**)

O PROTAGONISMO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA DO VALE DO ITAJAÍ – RESVI (autor(es/as): **Fabricio Gustavo Gesser Cardoso**)

Incubadora Tecnológica de Cooperativa Popular como estratégia para emancipação humana e geração de trabalho e renda (autor(es/as): **Francisco Antonio Maciel Novaes**)

ASPECTOS DA SEGURANÇA NO TRABALHO E OS CUIDADOS PREVENTIVOS COM A SAÚDE NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS “PIRAÍ LIMPO” (ASCAMP) (autor(es/as): **Jaqueline Sartori**)

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORTALECEDORA DO ENFRENTAMENTO AS CONDIÇÕES DE VULNERABILIDADE SOCIAL (autor(es/as): **Lorena Dantas Abrami**)

INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EXPERIÊNCIAS NA RELAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE (autor(es/as): **Nara Grivot Cabral**)

UMA INTEGRAÇÃO COMUNIDADE-UNIVERSIDADE NA PERSPECTIVA PARA A CRIAÇÃO E ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA ENSINO E APRENDIZAGEM DE MATEMÁTICA (autor(es/as): **Renata Cristina Geromel Meneghetti**)

O NOVO NASCE DO VELHO: CULTURA E ECONOMIA SOLIDÁRIA (autor(es/a): **Sabrina Gabrielle Sawczyn**)

MR2.2. Educação Superior e Inclusão Social: experiências e percepções

EMENTA

Considerando o importante papel da educação na promoção e consolidação da cidadania, diversos setores sociais tem se dedicado à luta pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Ao mesmo tempo, no interior da Universidade intensificou-se o debate sobre alternativas para superar a alta seletividade social que o modelo de ensino superior adotado pelo estado pode produzir, bem como sobre mecanismos que possam ampliar o acesso e a permanência de estudantes oriundos de classes sociais de maior vulnerabilidade social. Por outro lado, alguns governos nacionais, frente à necessidade de dar respostas a estes movimentos, tem formulado e implantado políticas públicas com vistas a ampliar a oferta de vagas no ensino superior; a democratização do acesso, com adoção de mecanismos como cotas sociais e étnicas; e a permanência, com a criação de bolsas de estudo para estudantes com vulnerabilidade social. Desse modo, a mesa pretende ser um espaço para a comunidade discutir o tema da inclusão social no ensino superior, no âmbito da América Latina, com vistas a contribuir para o aperfeiçoamento de mecanismos que levem à superação e reversão do atual quadro de desigualdade, fragmentação e exclusão social.

Coordenador: João Alfredo Braidão – Universidade Federal da Fronteira Sul - (UFFS - BRASIL)

Jaime Giolo: Reitor da Universidade Federal da Fronteira Sul – (UFFS - BRASIL)

Aloizio Mercadante Oliva: Ministro da Educação do Brasil – (MEC – BRASIL)

Ingrid Severdlik: Universidade Pedagógica - (ARGENTINA)

Armando Alcántara Santuário: Universidad Nacional Autónoma de México – (UNAM - MÉXICO)

RESUMOS APROVADOS

Educação e mundo do trabalho em sociedades em transição (autor(es/as): **fernando Pedrão**)

Educação escolar para o desenvolvimento dos povos indígenas do Brasil: múltiplas faces (autor(es/as): **Francine Rocha**)

DOCÊNCIA INDÍGENA NO EXTREMO OESTE BRASILEIRO: UMA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO EM ANDAMENTO (autor(es/as): **José Alessandro Cândido da Silva**)

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: LIMITES E POSSIBILIDADES (autor(es/as): **Maria José da Silva**)

ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR, DO QUE ESTAMOS FALANDO? RELATOS DE ALGUMAS EXPERIÊNCIAS DE ACADÊMICOS INDÍGENAS (autor(es/as): **MARIANE DEL CARMEN DA COSTA DIAZ**)

NÚCLEO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS DA UFPEL - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL NA FRONTEIRA - BRASIL-URUGUAI (autor(es/as): **MAURÍCIO PINTO DA SILVA**)

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

A Inclusão Laboral: Programa Promotor (autor(es/as): PRISCILA GADEALORENZ)

Expansão do ensino superior no Brasil – democratização do acesso e redução da iniquidade – Abordagem empírica utilizando dados do Censo da Educação superior e PNAD 2009 (autor(es/as): Rogerio Allon Duenhas)

O PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSIDADE ABERTA À TERCEIRA IDADE – UNATI NA UNIOESTE: INTEGRANDO SABERES E PROMOVENDO A CIDADANIA DO IDOSO (autor(es/as): ROSELI ODORIZZI).

2.4. Educação na América Latina

Considerando as mudanças ocorridas no campo político e econômico, no que se refere ao papel do Estado e sua função no campo das políticas sociais, a mesa propõe ser um espaço para difusão e discussão de política educacionais implementadas em diferentes países da América Latina. Os objetivos são facilitar a troca de experiências entre pesquisadores e instituições, refletir sobre os rumos da educação nos países da região, além de promover um processo de integração regional

RESUMOS APROVADOS:

LUDOSOFIA E A FORMAÇÃO DO PROFESSOR (autor(es/as): **Alegria Baía Evelin Soria**)

CONVERGÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO LATINO-AMERICANO QUE APONTAM PARA A EDUCAÇÃO DA MULHER NOS MOVIMENTOS SOCIAIS DO CAMPO (autor(es/as): **Allene Carvalho Lage**)

O PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID) E O NÚCLEO DE ATIVIDADES PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA (NAP) CONTRIBUINDO PARA FORMAÇÃO DOCEnte NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS (UNIMONTES): UMA NOVA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (autor(es/as): **Carlos Alberto Malveira Diniz**)

CURSOS TÉCNICOS PROFISSIONALIZANTES DO COLÉGIO ESTADUAL SÃO MATEUS: CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE SÃO MATEUS DO SUL-PR, NO PERÍODO 2004-2009 (autor(es/as): **Cláudia Regina Pacheco Portes**)

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA ÁREA DE CIÊNCIAS SOCIAIS: ANÁLISE COMPARADA DA ESTRUTURA DOS CURSOS E EXPECTATIVAS DOS ESTUDANTES DA UFPR E DA UDELAR. (autor(es/as): **Ellen da Silva**)

A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL (autor(es/as): **FABRÍCIO CORDOVIL TEIXEIRA DE OLIVEIRA**)

CURRÍCULO POR COMPETÊNCIA E DISCURSOS HEGEMÔNICOS NOS DOCUMENTOS OFICIAIS SOBRE A GEOGRAFIA ESCOLAR (autor(es/as): **Felipe da Silva Machado**)

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL FORMAL COMO ELEMENTO RECONHECEDOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL (autor(es/as): **FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR**)

O DISCURSO FREIREANO E A POLÍTICA SOCIAL (autor(es/as): **GLEYDS SILVA DOMINGUES**)

A educação escolar indígena e a educação intercultural (autor(es/as): **Jasom de Oliveira**)

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS: UM ESTUDO EM UMA ESCOLA PÚBLICA DE BELÉM DO PARÁ (autor(es/as): **Juliana Cordeiro Modesto**)

Formando uma consciência integracionista (autor(es/as): **Karina Fernandes de Oliveira**)

SOMOS TIERRA: FORMACIÓN Y EXPERIENCIAS EN EL MOVIMIENTO CAMPESINO DE CÓRDOBA – ARGENTINA (autor(es/as): **Karina Scaramboni**)

A gestão escolar participativa e seus desafios (autor(es/as): **Maria Inês Vidal**)

A política da Educação do Campo e a Emancipação Humana (autor(es/as): **Maria Inês Vidal, Luis Alexandre Gonçalves Cunha**)

A FORMAÇÃO DOCEnte EM JOGO: O OLHAR SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFAC (autor(es/as): **Pierre André Garcia Pires**)

Percepção e apreciação de leituras em contextos escolares e culturais: formação em leitura em uma escola municipal de Foz do Iguaçu (autor(es/as): **Regina Coeli Machado e Silva**)

INVESTIGAÇÃO COMPARADA ACERCA DE REPRESENTAÇÕES DE AUTORIDADE POR JOVENS ARGENTINOS E BRASILEIROS (autor(es/as): **Rosane Castilho**)

CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINOAMERICANO EM UM MUNDO GLOBALIZADO: A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SUAS MÚLTIPLAS FACES (autor(es/as): **Silvio Carlos dos Santos**).

ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL EM DIFERENTES ESPAÇOS EDUCATIVOS: CONTRIBUIÇÕES A SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL (autor(es/as): **Sorinéia Goede**).

EDUCAÇÃO POPULAR E MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS NO BRASIL: PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES (autor(es/as): **Tarcio Leal Pereira**).

ELEMENTOS DE VIDEOGAMES COMO FERRAMENTAS DE APRENDIZADO (autor(es/as): **Thais Weiller**).

EDUCAÇÃO TRADICIONAL GUARANI & EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: APROXIMAÇÕES ENTRE VIVÊNCIAS CULTURAIS E CONCEITOS TEÓRICOS (autor(es/as): **Wanirley Pedroso Guelfi**).

O LUGAR DO CONHECIMENTO NAS DIRETRIZES CURRICULARES BRASILEIRAS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA (autor(es/as): **Camila Itikawa Gimenes**).

A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/03 NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO (autor(es/as): **Adriana Márcia Prado de Araújo et alii**).

PIBID: UM PROGRAMA QUE FORTALECE O EIXO EDUCACIONAL PARA A RETOMADA DA LICENCIATURA NO ÂMBITO TERRITORIAL BRASILEIRO (autor(es/as): **Patrícia Santos Fonseca et alii**).

AValiação em Larga Escala: uma iniciativa da política educacional centralizadora (autor(es/as): **Rivanda dos Santos Nogueira et alii**).

NÃO ALFABETIZADOS LENDO: AS PARTES DO LIVRO NA EDUCAÇÃO QUE FOMENTA A LEITURA E GARIMPAM LEITORES. (autor(es/as): **Cláudio Renato Moraes da Silva**).

BULLYING: PERCEPÇÕES DOS EDUCADORES DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE ITAITUBA (autor(es/as): **Domiciane Araújo Azevedo**).

2.5. Trabalhadores(as) da Educação no Mercosul: impasses e desafios

RESUMOS APROVADOS

EMENTA

AAPP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná visa promover um diálogo entre dirigentes sindicais do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, sobre a Educação Pública no Mercosul, ressaltando os desafios para os/as Trabalhadores/as em Educação. AAPP-Sindicato entende que esta é uma integração necessária e urgente, que vem unificar a discussão sobre as condições de trabalho e valorização dos/as trabalhadores/as em Educação e dar maior organicidade à luta dos movimentos sociais latino americanos, em prol de uma Educação pública de qualidade, laica e gratuita, para todos e todas.

Coordenadora: Fabiana Tomé e Walkiria Mazeto - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP - BRASIL)

Fátima Aparecida da Silva: Secretária Internacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – (CNTE - BRASIL)

Arturo Musial: Secretario General de Union de Docentes de la Provincia de Misiones –(UDPM - ARGENTINA)

Gustavo Macedo: Federación Democrática de Maestros y Funcionarios de Educación Primaria - (URUGUAY)

Luis Alberto Riart Montaner: Ex Ministro da Educação do Paraguay e professor da Universidad Nacional de San Martín e Universidad Pedagógica de Buenos Aires – (UNSAM/UPBA - PARAGUAY)

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E PROFISSIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DA EDUCAÇÃO NO NRE DE APUCARANA (autor(es/as): **Afife Maria dos Santos Mendes Fontanini**)

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, FLEXIBILIZAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NO ESTADO DO PARANÁ (autor(es/as): **Mariana Betttega Braunert e Everson Araujo Nauroski**)

Mestres em greve? Gênero, representações e memórias das mobilizações de professoras/es de 1968 no Paraná. (autor(es/as): **Melissa Colbert Bello**)

2.6. Teorias Críticas na América Latina

A presente mesa redonda é resultado das pesquisas do Núcleo de Estudos Filosóficos - NEFIL, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná - PPGD/UFPR, voltado para os estudos latino-americanos dedicados à filosofia da América Latina e suas grandes tendências atuais no âmbito da crítica epistemológica, destacando-se alguns dos principais autores do debate contemporâneo no continente, notadamente Enrique Dussel, Anibal Quijano, Walter Mignolo, Atilio Borón e Franz Hinkelammert, até chegar a uma aproximação às propostas interculturais assentes no novo institucionalismo latino-americano.

Ludwig apresentará a relação entre teorias críticas do direito e a filosofia da libertação de Enrique Dussel; Pazello discorrerá sobre a relação entre as teorias críticas da colonialidade do poder e as teorias da dependência na América Latina, em especial a partir de Anibal Quijano; Bley abordará a relação entre colonialidade do saber e educação para os direitos humanos, conforme a crítica gnosiológica de Walter Mignolo; Franzoni estabelecerá os pressupostos epistemológicos da crítica à razão utópica de Franz Hinkelammert; Pereira analisará as teorias críticas latino-americanas sob o foco do marxismo de Atilio Borón.

RESUMOS APROVADOS

INDÚSTRIA CULTURA, TRABALHO DOCENTE E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE (autor(es/as): Everson Araujo Nauroski).

EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO EM SOCIEDADES EM TRANSIÇÃO (autor(es/as): Fernando Pedrão)



O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA): Sua possível interface com a Economia Solidária e como uma Ferramenta para o Desenvolvimento Local no Pré Assentamento Emiliano Zapata, Ponta Grossa-PR.

Eixo 2: Educação para o desenvolvimento Latino-americano: Suas múltiplas faces
MR 2.1: Economia Solidária, Universidade e Comunidade

CORREIA, Carla Caroline. – IESOL/UEPG – geoecologia@hotmail.com
CUNHA, Luiz Alexandre G. – IESOL/UEPG – llagc2@yahoo.com.br
GOMES PEREIRA, Luciane. – IESOL/UEPG – lugplu@hotmail.com
REBOUÇAS PRADO, Fabio. – IESOL/UEPG – fabioprado0@hotmail.com
ROCHA FILHO, Alnary Nunes. – IESOL/UEPG – alnaryrocha@gmail.com

Resumo:

A problemática do presente trabalho busca abordar a política pública “Programa de Aquisição de Alimentos”, e sua possível interface com a Economia Solidária, utilizamos como estudo de caso a experiência do Pré-assentamento Emiliano Zapata, localizado no município de Ponta Grossa – PR, que vivencia atualmente a interferência do PAA e de um projeto de horta comunitária, que tem como base os princípios da Economia Solidária. Para isso, foi realizado em um primeiro momento, levantamento bibliográfico sobre o tema. O trabalho organiza-se primeiramente em apresentar a Economia Solidária em um breve histórico no Brasil. Na sequência, o Programa de Aquisição de Alimentos, bem como foi a sua instituição como política pública, como se caracteriza e o funcionamento e gestão do programa. Posteriormente, abordamos a Economia Solidária, e sua possível interface com o PAA, trazemos também um breve histórico do pré-assentamento Emiliano Zapata, e por fim a relação existente na comunidade com a política pública e o projeto de Economia Solidária.

Palavras-chave: PAA; Agricultura Familiar; MST; Economia Solidária;

Introdução:

A Economia Solidária como alternativa de sistema de trabalho, de relações sociais e ambientais, ocorre por manifestação popular, pela necessidade que grupos fragilizados social e economicamente, adquirem devido aos constantes tipos de exclusão que lhes são impostos, tanto na cidade como no campo.

Uma das tentativas de consolidação dessa alternativa, vem da parceria que esses grupos fazem com entidades de apoio, em muitos casos com as Instituições de Ensino Superior, através das ITCPs – Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, em sua maioria programas ou projetos de extensão universitária.

O Pré-assentamento Emiliano Zapata, comunidade localizada na zona rural de Ponta Grossa-Pr., através de seu grupo de agricultores e agricultoras, tanto da Horta Comunitária Orgânica, quanto da ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da



Reforma Agrária, desde o ano de 2007 recebem, em maior ou menor grau, o suporte técnico e assessoria da IESOL – Incubadora de Empreendimentos Solidários, Programa de Extensão da UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Ao mesmo tempo, a Comunidade, mesmo ainda não possuindo a regulamentação formal da área que ocupa, tem acesso a alguns programas governamentais, um deles é o PAA – Programa de Aquisição de Alimentos.

A agricultura Familiar se conceitua segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (BRASIL, 2001), como sendo atividade exercida pelos proprietários, assentados, arrendatários, posseiros ou meeiros que utilizem mão de obra predominantemente familiar e tenham até 2 empregados permanentes, que não possuam áreas superiores a 4 módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor, tenham renda bruta familiar anual com no mínimo 80% (oitenta por cento) dela proveniente da atividade agropecuária e não-agropecuária exercida na propriedade rural, residam na propriedade ou em local próximo.

A agricultura familiar ocupa posição de destaque dentro do desenvolvimento do País, pois segundo o censo agropecuário de 2006 apud EURICH. J, existe no Brasil 5.175.489 estabelecimentos rurais, que ocupam uma área de 329,9 milhões de hectares em todo território nacional. Desse total de estabelecimentos 4.367.902 ou 84,4% se enquadram no conceito de agricultura familiar, em uma análise escalar nacional as propriedades rurais de cunho familiar constituem 24,3% de todo território nacional.

Segundo Eurich J.(2011), a agricultura familiar é responsável pela geração de 70% do feijão e 34% do arroz produzidos no Brasil, segundo os dados percebe-se que a base da alimentação da população brasileira é gerada em pequenas propriedades e em uma gestão de cunho familiar. Diante dos dados torna-se importante a elaboração de política públicas que reconheçam a importância social da agricultura familiar para a sociedade brasileira.

A elaboração de políticas públicas voltadas a agricultura familiar segundo Müller A. L. (2007), teve início em meados da década de 1990, especialmente após a crise que leva ao impedimento do então Presidente da República Fernando Collor, as políticas públicas voltadas para agricultura familiar, que passam segundo a autora, a sofrer mudanças, pois o que compunham até o momento eram políticas voltadas a produção (crédito), estabilização de preços (PGMP), inovação científica e tecnológica (EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e assistência técnica provida pelos estados, (EMATER- Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural).



Para Müller, as mudanças de rumo no enfoque das políticas públicas para o espaço rural inicia-se com intervenções que buscam a realização de ações na estrutura fundiária e reassentamento de agricultores, passa também pela ampliação dos direitos previdenciários (aposentadorias rurais) e chega a agricultura familiar, através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, de 1996 e de outros programas e ações relacionados ao PRONAF.

Todavia, o presente trabalho não pretende se aprofundar na discussão conceitual da agricultura familiar e nem analisar a constituição e funcionamento do PRONAF. A questão central da problemática proposta é o Programa de Aquisição de Alimentos, que se apresenta como uma política pública multifocal, não apresentando relação somente com a agricultura mas sim com outros elementos constituintes na sociedade, como veremos posteriormente.

1 – Breve histórico e contextualização da Economia Solidária

O contexto em que a economia solidária ressurge no Brasil, é o das grandes diferenças e preconceitos sociais, da intolerância, e do afloramento de mais uma das crises cíclicas do capitalismo neoliberal. As discussões de fundo, que são levadas em consideração principalmente por autores e intelectuais da área, relacionam-se as questões da matriz de desenvolvimento escolhida pelo Brasil, que carrega o legado histórico da construção do seu Estado, patrimonialista, comandado por uma classe estamentária, que orienta politicamente as práticas no sistema capitalista. E dessa maneira, faz com o País tenha uma forma específica de envolvimento nas crises, e em especial, a que foi fundamental para o ressurgimento da Economia Solidária.

A crise social das décadas de 1980 e de 1990, chamadas de décadas perdidas, quando milhões de postos de trabalho foram destruídos, acarretando desemprego em massa, a Economia Solidária assumiu novamente um papel importante, oferecendo uma alternativa de desenvolvimento, em geral sob a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre autogestionárias. (SINGER, 2002)

No Brasil, a reinvenção da Economia Solidária acontece através de entidades ligadas principalmente a Igreja Católica e a outras igrejas, a sindicatos e a universidades. Essas entidades de suporte, que difundem entre desempregados e micro-produtores sem clientes, os princípios do cooperativismo e o conhecimento básico para a criação e a consolidação de empreendimentos solidários. (SINGER, 2002)





Ainda nos anos 1980, a Cáritas Brasileira, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, financiou milhares de pequenos projetos denominados PACs, Projetos Alternativos Comunitários, destinados a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres das grandes cidades. Uma boa parte dos PACs se transformou em unidades de economia solidária.(SINGER, 2002)

Outra modalidade, foi a tomada de empresas falidas ou em via de falir pelos trabalhadores, que as transformaram em cooperativas autogestionárias. Essa foi a forma encontrada pelos trabalhadores de preservar seus postos de trabalho e de se transformar em seus próprios patrões.

Nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, decidiu-se que se promoveria a agricultura sob forma de cooperativas autogestionárias. O movimento criou em 1989 e 1990 o Sistema Cooperativista dos Assentados – SCA. Após dez anos de organização, o SCA já contava com 86 cooperativas distribuídas em diversos estados brasileiros, divididas em três formas principais: em primeiro nível, cooperativas de Produção Agropecuária, Cooperativas de Prestação de Serviços e Cooperativas de Crédito.(SINGER, 2002)

Um outro componente da Economia Solidária no Brasil é formado pelas cooperativas e grupos de produção associada, incubados por entidades universitárias, que se denominam Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCPs. As ITCPs são multidisciplinares, integradas por professores, alunos de graduação e pós-graduação, funcionários e voluntários, pertencentes às mais diferentes áreas do saber. Elas atendem grupos comunitários que desejam trabalhar e produzir em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária e apoio técnico, logístico e jurídico para que possam viabilizar seus empreendimentos autogestionários. (SINGER, 2002)

As perspectivas da Economia Solidária, colocada então como política pública de geração de trabalho e renda de natureza emancipatória, estão no resgate do seu próprio conceito de reunir diversos movimentos e iniciativas, novas e antigas, que possuem como valores comuns: A posse coletiva e gestão democrática dos meios de produção, distribuição, comercialização e crédito, a gestão da economia e das empresas, subordinada às necessidades sociais e econômicas dos trabalhadores e a aproximação entre os setores estatal e privado da economia, com a criação de fóruns locais de desenvolvimento econômico e social. (P. P. Economia Solidária, 2004)





A Economia Solidária, no atual contexto, surge então, ao contrário de uma estratégia única, seja ela de criação de emprego, de direito à renda ou de repartição do trabalho, como também um elemento numa estratégia de repartição de emprego articulada a uma outra de não diferenciação das formas de emprego e ainda, a uma outra estratégia de multiplicação das formas de trabalho. (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004, p. 181)

Nesse contexto, é criada no ano de 2003 a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, estrutura vinculada ao Ministério do trabalho e Emprego, que tem como missão fortalecer experiências de autogestão como resposta ao desemprego, pretendendo fortalecer as potencialidades emancipatórias da Economia Solidária e tornando-se, então, referência de política pública implementada com participação social. (P.P. Economia Solidária, 2004)

No mesmo sentido, o Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, incorporou, no primeiro semestre de 2003, o Programa Estadual de Economia Solidária no conjunto de programas que integram a Coordenadoria de Geração de Emprego e Renda, visando interagir com a Secretaria Nacional, pretendendo também propor políticas públicas ajustadas a realidade paranaense. (P.P. Economia Solidária, 2004).

Também no Paraná, a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, em outubro do ano de 2007, lançou o Projeto Universidade Sem Fronteiras, que integrou algumas políticas públicas de desenvolvimento através de projetos, escritos por professores e programas de extensão das Universidades Estaduais, onde professores, alunos de graduação, alunos de pós-graduação e egressos recém-formados, bem como voluntários e as próprias comunidades, se envolveram e trabalharam nesses projetos, que tinham a pretensão de melhorar a qualidade de vida de populações de municípios onde o IDH é baixo, e dentre os quais, muitos são de consolidação de Empreendimentos Solidários. No ano de 2011 é criada a SETS – Secretaria de Estado, do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, que tem em seu planejamento a aplicação de recursos para o desenvolvimento da economia solidária no Paraná.

Na região dos Campos Gerais, tendo Ponta Grossa como cidade pólo, o Programa de Extensão, Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESol, criada em 2005, dá suporte técnico e formação para alguns grupos associativos, sendo que alguns desses grupos contam com projetos que os contemplam com recursos financeiros, atualmente existe uma parceria com a Cáritas Brasileira, através do FNS – Fundo Nacional Solidário, na sua modalidade local com recursos de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para a Horta Comunitária Agroecológica da Comunidade Emiliano Zapata e dois em convênio com o



MEC – Ministério da Educação e Cultura, pela SESU – Secretaria Nacional de Ensino Superior, através do PROEXT – Programa Nacional de Extensão Universitária, um deles é um Projeto para a construção de referencial teórico da IESOL, o Projeto PROEXT 2009, que está em final de vigência. E um para a consolidação da IESOL, o Programa PROEXT 2010. Tanto o Projeto como o Programa PROEXT – 2009 e 2010 respectivamente, contemplam recursos apenas para a IESOL, que com eles garante a permanência de equipes de incubação, incluindo a que dá o suporte e assessoria aos trabalhadores e trabalhadoras rurais do Pré-assentamento Emiliano Zapata.

2 – O Pré-assentamento Emiliano Zapata

Conforme o histórico levantado nos primeiros diagnósticos feitos pela IESol, em Maio de 2003 houve a ocupação de parte da Fazenda da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, por cerca de 150 famílias integrantes do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, famílias oriundas de Ponta Grossa, Palmeira e região metropolitana de Curitiba, no Estado do Paraná. Estas famílias estavam acampadas no município de Palmeira desde Maio de 2002, numa área emprestada por uma família assentada através do Projeto de Assentamento Palmares II.

A área de propriedade da EMBRAPA tem aproximadamente cinco mil hectares, que deveria ser destinada à pesquisa e a multiplicação de sementes. A argumentação das lideranças do MST para a ação de ocupação, planejada (de acordo com suas observações e com informações obtidas por outros dirigentes do Movimento), é a de que grande parte da área estava sendo arrendada para o plantio de *pinus elliottii*, com fins econômicos da iniciativa privada, e que, essa espécie florestal, por sua natureza, representa a total substituição da vegetação original, tendem a ser estritamente monoespecíficos, impedindo a instalação de outras formas de vegetação, transformando o ecossistema aberto, característico da região, em um ecossistema fechado, com perda da biodiversidade por sombreamento, o que leva a exposição do solo e a consequente erosão e assoreamento dos cursos d'água. Também através dessas informações, tomaram conhecimento de dois outros fatos que ocorriam na área: Outras partes da área pública estavam sendo arrendadas para grandes proprietários de terras da região para o cultivo de culturas de exportação, como por exemplo, o soja, e ainda, uma outra parte vinha sendo lentamente tomada por “grileiros” para a construção de sítios particulares e áreas de lazer, com o intuito de explorar economicamente o turismo informal de áreas naturais. Naqueles primeiros diagnósticos, também constam que, com a ocupação da área iniciou-



se um processo de negociação com a diretoria da EMBRAPA, e, a partir desta, o acampamento foi organizado às margens da Estrada do Talco, nas proximidades do Km 18, no Município de Ponta Grossa - Pr, onde ficou por aproximadamente três meses. Assim, as famílias acampadas precariamente, estavam determinadas a por emprática seus ideais, principalmente através da agroecologia, como uma ferramenta para se viabilizarem economicamente, e tendo a cooperação como estratégia para possibilitar a construção de uma comunidade organizada e com melhores condições para produzir e comercializar seus produtos. (ROCHA FILHO, A. N. 2010)

Desde o início do Acampamento, as famílias discutiam o modelo de agricultura que vem sendo adotado no Brasil desde os anos 70, com a chamada Revolução Verde (uso intensivo de agroquímicos e maquinários que substituem a mão-de-obra, monocultura e sementes melhoradas geneticamente), e na visão delas, como também, sobejamente afirmado por diversos analistas em vasta literatura, havia gerado pobreza e migração.

Como o modelo de agricultura adotado pelo País, conforme a visão do MST, gerou mais pobreza, essas famílias entenderam desde a sua iniciação no Movimento, que se faz necessário construir um modelo de agricultura sustentável que possibilite às pessoas que vivem no campo ter qualidade de vida, e a agroecologia vem sendo uma ferramenta importante nesse processo.

A ocupação da Fazenda da EMBRAPA, foi um passo importante na luta desses trabalhadores e trabalhadoras pelo acesso à terra. Já no primeiro ano de ocupação todas as famílias tiveram a sua disposição uma pequena área de terra para cultivar alimentos para seu sustento, principalmente hortaliças e grãos.

Outro fator considerado, com muita importância e dentro da ideologia do MST pelos trabalhadores e trabalhadoras acampados foi de que, os produtos agroecológicos por eles produzidos, precisam chegar prioritariamente à população de menor poder aquisitivo e não apenas privilegiar a população mais abastada, que pode pagar mais caro por esses produtos diferenciados. E esse ainda é um desafio a ser superado. (ROCHA FILHO, A. N. 2010)

O Pré-Assentamento Emiliano Zapata atualmente, conforme dados do diagnóstico da IESOL, está composto por 58 famílias organizadas em 6 núcleos: Canudos com 9 famílias, Chico Mendes com 10 famílias, Florestan Fernandes com 9 famílias, Zumbi dos Palmares com 8 famílias, Oziel Alves com 8 famílias e Mario Lago com 14 famílias. Há pessoas de todas as faixas etárias, mas predominam as em idade produtiva e em idade escolar. A maioria dos adultos cursaram as primeiras séries do ensino fundamental e a



maior parte dos jovens e crianças, apesar dos obstáculos com transportes, estão cursando os ensinos superior, médio e fundamental. (ROCHA FILHO, A. N. 2010)

3 - Projeto Fome Zero e Programa de Aquisição de Alimentos

Para apresentar o Programa de Aquisição de Alimentos, é necessário primeiramente conhecer o Projeto Fome Zero, pois como veremos posteriormente o PAA compõem o PFZ.

O Projeto Fome Zero é uma estratégia do governo federal que busca garantir o direito humano à alimentação adequada às populações que se encontram com dificuldades de acessar os alimentos. Este programa insere a segurança alimentar, nutricional e inclusão social como uma de suas mais importantes pautas.

Segundo a descrição de Müller L.A, 2007, o Projeto Fome Zero é composto de quatro eixos centrais, tais como: definições de segurança alimentar e fome, avaliação de programas já existentes que tratam do tema alimentação, definição do público a ser beneficiado e propostas de políticas de Segurança Alimentar e Combate a Fome.

O programa tem por base a transversalidade e intersetorialidade das ações estatais nas três esferas do governo; no desenvolvimento de ações conjuntas entre Estado e sociedade; na superação das desigualdades econômicas, sociais, de gênero e raça; na articulação entre orçamento e gestão e de medidas emergenciais com ações estruturantes e emancipatórias. (Governo Federal- Fome Zero)

Para poder gerenciar o funcionamento das propostas posta acima, o Projeto Fome Zero propõem três níveis de políticas, no âmbito estrutural, específico e local, como podemos ver nos quadros abaixo:

Políticas Estruturais

- Geração de emprego e renda;
- Previdência Social;
- Incentivo à Agricultura Familiar;
- Intensificação de Reforma Agrária;
- Bolsa Escola e Renda Mínima.

Fonte: Instituto Cidadania, 2001 apud Müller A. L, 2007



Políticas Específicas

- Programa Cupom de Alimentação;
- Doações de Cestas Básica Emergenciais;
- Manutenção de Estoques de Segurança;
- Segurança e Qualidade dos Alimentos;
- Combate a Desnutrição Infantil e materna;
- Ampliação da Merenda Escolar;
- Educação para o Consumo e Educação Alimentar

Fonte: Instituto Cidadania, 2001 apud Müller A. L, 2007

Políticas Locais

Áreas Rurais

- Apoio a Agricultura Familiar;
- Apoio a produção para autoconsumo.

Pequenas e Médias Cidades

- Banco de Alimentos;
- Parcerias com Varejistas;
- Modernização de Equipamentos de abastecimento;
- Agricultura urbana

Metrópoles

- Restaurantes Populares;
- Banco de Alimentos;
- Parceria com Varejistas
- Modernização de Equipamentos de abastecimento;

Fonte: Instituto Cidadania, 2001 apud Müller A. L, 2007

O Programa de Aquisição de Alimentos pretende se estabelecer um quadro das políticas estruturantes do Projeto Fome Zero, para isso neste momento iniciaremos uma descrição detalhada do programa para posteriormente analisarmos o reflexo que esta política pública exerce na comunidade do pré-assentamento Emiliano Zapata.

4 - Programa de Aquisição de Alimentos

Baseando-se na dissertação da economista Ana Luíza Müller “A Construção de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição





de Alimentos”, de 2007 faz se um panorama do programa bem como seu histórico, seu funcionamento e gestão.

Segundo a autora as discussões sobre o programa iniciaram no Governo de Franco Montoro, que governou o Estado de São Paulo entre 1983 e 1987. Montoro propunha ações de descentralização da merenda escolar, visto que a compra tradicional da merenda escolar, exercida pelo diretor (a) da instituição pública de ensino era realizada sem intermediários, e desta forma a compra pode facilitar a formação do chamado “caixa dois”. Montoro acreditava que a descentralização proporcionaria uma maior transparência na compra da merenda escolar evitando desta maneira fraudes.

Buscou conhecer experiências internacionais que já tivessem implementado programa de aquisição pública de alimentos da agricultura familiar, encontrou-se nos Estados Unidos no Estado da Califórnia, que incentivava a economia local através da compra de alimentos produzidos por famílias de agricultores. (Müller. A.L, 2007 p.78)

No entanto, apesar de todo o esforço exercido pelos representantes governamentais do Estado de São Paulo, o programa não teve êxito, nem sequer foi implantado.

No entanto, em 1991 o Governo Paralelo ligado ao Partido dos Trabalhadores, como aponta Takagi (2006) apud Müller, um documento foi redigido por Luiz Inácio Lula da Silva e José Gomes da Silva e nomeado de Política Nacional de Segurança Alimentar. Esse documento apronta tópicos que apresentam uma política que compunha características do que é o PAA hoje, tais como: a) fomento a produção agroalimentar e de comercialização da produção, b) descentralização varejista e combate a fome com ações emergenciais, c) formação de um Conselho ligado diretamente a Presidência da República. Houve em 1993, no Governo de Itamar Franco o primeiro conselho que propunha-se discutir o documento apresentado acima.

Müller aponta que as discussões acerca de uma política pública que atendesse as demandas de questões ligadas a segurança alimentar e agricultura familiar tiveram um período de aproximadamente dez anos até terem uma resolução que pudesse estabelecer o que futuramente tornaria-se o Programa de Aquisição de Alimentos.

Em 2 de Julho de 2003, foi instituído pela Lei Nº 10, regulamentado pelo Decreto Nº 5.783, de 15 de agosto de 2006, o Programa de Aquisição de Alimentos, que se caracteriza como uma das ações inseridas dentro da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), incorporada ao Projeto Fome Zero, já descrito acima.

O Objetivo do PAA é “(...) garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança



alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.” (Brasil apud Müller, 2007). É visto que o programa age em dois momentos importantes no que tange a alimentação populacional: primeiro no momento produtivo e posteriormente no momento em que o alimento é destinado as instituições. Por meio da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), os alimentos são comprados dos agricultores familiares organizados grupos formais como, associações e cooperativas, o benefício não pode ultrapassar o valor de R\$ 3.500,00 anuais por família. Os alimentos são entregues a instituições devidamente cadastradas, bem como escolas, creches, asilos, associações, hospitais, ou seja a instituições que se encontram em vulnerabilidade social e insegurança alimentar.

“(...) o governo adquire diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, alimentos em estoques. Os produtos adquiridos são doados para entidades que se encontram em insegurança alimentar, bancos de alimentos, restaurantes populares; outra parte dos alimentos é adquirida pelas próprias organizações da agricultura familiar, para a formação de estoques próprios. Desta forma é possível comercializá-los no momento mais propício, em mercados públicos ou privados, permitindo maior agregação de valor aos produtos”.(MDA, 2012)

A coordenação do programa é gerenciada por um grupo gestor que é composto pelos seguintes ministérios: Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome que coordena o programa, Ministério da Fazenda, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Educação. O grupo gestor fica responsável por definir as modalidades de aquisição dos produtos agropecuários destinados à formação de estoques estratégicos e a pessoas encontradas em insegurança alimentar, inclusive ao atendimento a merenda escolar. (Diário Oficial da União, 2008)

Fica também sobre a regência do grupo gestor referenciar os preços dos alimentos produzidos, levando em consideração as disparidades regionais e a realidade da alimentação escolar; as regiões prioritárias para a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos; condições de vendas dos produtos adquiridos; condições de apoio à formação de estoques de alimentos por organizações constituídas por agricultores familiares. (Diário Oficial da União, 2008)

A execução do programa é realizado em parceria entre o Governo Federal, Estadual e Municipal, que por meio da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento), os alimentos são comprados dos agricultores familiares organizados em associações ou em cooperativas e distribuídos as entidades beneficiadas. O benefício oferecido pelo

governo não pode ultrapassar R\$ 3.500 (três mil e quinhentos reais), por ano, por agricultor.

Segundo o governo Federal o PAA está organizado em 5 modalidades, contemplando algumas delas todo território nacional e outras em apenas algumas regiões.

SIGLA	TÍTULO	EMENTA
CDLAF	Compra Direta Local da Agricultura Familiar	Promove a articulação entre produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. É operada pelos Governos Estaduais e Prefeituras Municipais.
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo governo federal, apreço de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações). É operada pela CONAB.
CAEAF	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar- Doação Simultânea	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores organizados em grupos formais para a formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB.
CPR	Formação de Estoques pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para o consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo de leite	Propiciar o consumo de leite às famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e nutricional e incentivar a



		produção familiar. É operada pelos Governos Estaduais.
--	--	--

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), 2007 apud Müller, pag 75.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário a modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar, age no fortalecimento da articulação entre a produção dos agricultores familiares e as demandas locais, incentivando desta forma o consumo e valorização da produção local. Esta modalidade atinge segundo Müller seis estados e cento e oitenta e nove municípios brasileiros e é gestada em convênio com o Estado ou Prefeitura local com o MDA.

A modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar, funciona quando a CONAB estabelece contratos com os agricultores garantindo dessa forma a possibilidade de se fixar os preços dos alimentos, não deixando o agricultor vulnerável aos preços do mercado .

“(...) esta modalidade age sobre os preços locais, geralmente elevando os valores recebidos pelos agricultores, levando a um fortalecimento dos mesmos e ao mesmo tempo em que, se optar pela venda ao Estado, pratica-se uma política de formação de estoques de alimentos.” (Müller. A. L, 2007, p.76)

A modalidade da Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar com Doação Simultânea é operada pela CONAB, onde os produtos adquiridos dos agricultores são entregues às entidades beneficiadas, essa execução é fiscalizada por um conselho municipal; esta modalidade propicia a direta distribuição dos alimentos.

Na modalidade CPR (Cédula de Produtor Rural) Estoque ou Formação de Estoques pela Agricultura Familiar, existe uma maior intervenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Nesta modalidade os agricultores organizados em associações ou cooperativas, tem a oportunidade de não comercializar seus produtos em época de safra, quando o valor monetário dos produtos é mais baixo, podendo desta forma armazenar sua produção e comercializar no momento mais propício, até o prazo de quitação do CPR.

Nos estados do Nordeste e Minas Gerais (região norte e Vale do Jequitinhonha), ainda existe a possibilidade de se trabalhar com a modalidade que incentiva a produção e consumo do leite, que tem um limite de comercialização de R\$ 3.500,00 semestrais por





família. O Ministério do Desenvolvimento Agrário fica a cargo de disponibilizar 85% do recurso, que são completados pelos Governos Estaduais.

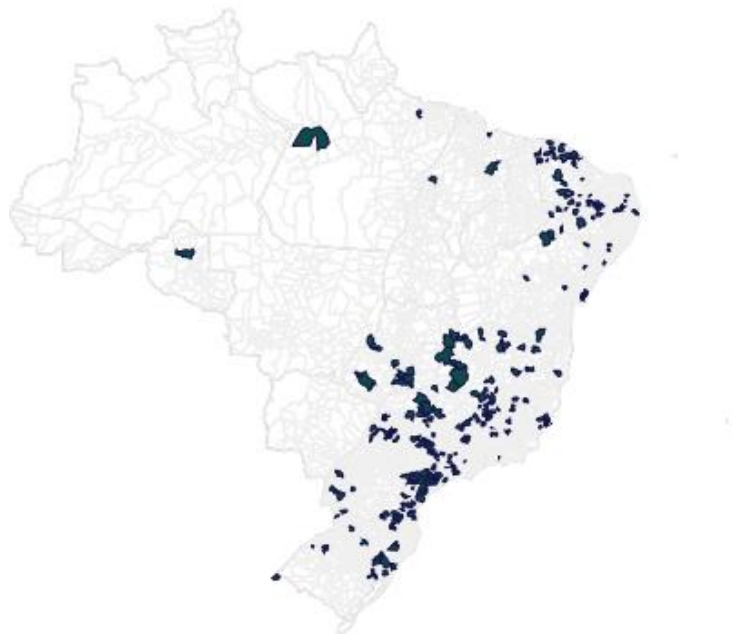
Analisando as diferentes modalidades do PAA, percebe-se a dinamicidade do programa, onde este busca a valorização das especificidades regionais e locais, diversificação da produção, melhoria da alimentação das famílias produtoras e consumidoras, promoção do trabalho associativo/ cooperativo, dinamicidade do mercado, valorização de culturas emergentes como a Olericultura e a Fruticultura, promovendo desta forma a soberania alimentar.

Segundo Catia Grisa em seu trabalho “ Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos a segurança alimentar e nutricional e a criação de mercados para a agricultura familiar.” (Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, 2007, v.8 n3), o PAA tem incitado mudanças significativas na matriz produtiva das unidades familiares, notadamente ao que concerne a diversificação da produção. Esta proposta vai contra o modelo agrícola vigente, que propõem a homogeneização de culturas alimentares, pois segundo Claudia Schimitt “(...)a industrialização da agricultura e a liberalização dos mercados agrícolas são fenômenos que se alimentam mutuamente sob comando do regime agroalimentar corporativo que ganhou força nas ultimas décadas. Ao atuar na forma de verdadeiros impérios agroalimentares impõem um sistema de governança global sobre mecanismos institucionais que controlam os fluxos entre a produção e o consumo de alimentos. (SCHIMITT. C, 2007)

O Programa de Aquisição de Alimentos, busca entre outros objetivos restaurar a policultura, incentivar a produção em bases agroecológicas e orgânicas, valorização da biodiversidade preservando desta forma as dinâmicas ambientais, sobretudo criando possibilidade dos agricultores ingressarem em mercados alternativos, construindo desta forma a soberania alimentar e o desenvolvimento local.

Espacializaremos abaixo as regiões do Brasil e que trabalham com o PAA.

Produção do PAA no Brasil



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012.

5 – O PAA e a possível interface com a Economia Solidária no Pré-assentamento Emiliano Zapata

A proposta da agricultura ecológica trás como um fator de extrema importância a diversificação de cultivos, associação de atividades (como produção hortaliças e criação de pequenos animais), o que vem de encontro a possibilidade de organizar a Economia Solidária.

O trabalho de extensão exercido pela IESol sempre pretendeu ser muito abrangente, e antes mesmo de obter qualquer tipo de financiamento público ou recurso financeiro privado para desenvolver suas atividades, já as havia iniciado com a Comunidade Emiliano Zapata, considerando a ATERRA um empreendimento solidário. Esse trabalho se mostrou e ainda se mostra um grande desafio.

O MST sempre incentivou seus membros a estudarem, e nas instituições de ensino superior, é constante a presença de pessoas do Movimento, seus dirigentes acompanham, até mesmo pelas obrigações militantes e diretivas, quase todos os movimentos e ações do setor público que possam trazer aos acampamentos, pré-



assentamentos e assentamentos, possibilidades de melhorias, assessorias técnicas e educacionais.

Dessa maneira, representantes da Comunidade Emiliano Zapata, trouxeram à IESol, as demandas do pré-assentamento e da sua Associação. Tendo como diretrizes os objetivos gerais da IESol, iniciou-se em Maio de 2007, um diagnóstico preliminar, para obter uma visão geral da ATERRA, e identificar as demandas que aqueles trabalhadores e trabalhadoras tinham. A primeira impressão foi a de que, a despeito das aspirações da comunidade e do discurso das lideranças, as vezes replicados, as vezes criticados, não havia indícios de trabalho coletivo e solidário.

Assim, a primeira equipe de trabalho, a partir de Junho de 2007, fez um planejamento, onde a abordagem seria iniciada através de mobilizações, autorizadas pelas lideranças, por todos os núcleos de famílias, para a realização de oficinas pedagógicas, para as quais foram elaborados conteúdos sobre associativismo, cooperativismo, autogestão, história social do trabalho, as diferenças entre solidariedade e caridade, a união como catalizadora para a resistência e luta por direitos, cidadania, democracia, tolerância, diversidade e convivência.

As oficinas foram, e ainda são, executadas semanalmente, o dia da semana que os trabalhos poderiam ser desenvolvidos sem onerar as atividades agrárias da comunidade, foi primeiramente o sábado no período da tarde, e regularmente a cada sábado, foi trabalhado um dos temas relacionados, atualmente o trabalho acontece as segundas-feiras.

Esses conteúdos foram escolhidos devido as grandes diferenças e distanciamentos entre os pré-assentados, e foram apresentados utilizando-se de diferentes recursos e métodos, tais como: filmes, músicas, textos e dinâmicas de grupo. Os métodos tendiam a aproximar a equipe extensionista dos trabalhadores e trabalhadoras, criando laços de confiança e amizade.

O distanciamento mencionado, é atribuído a conformação e organização espacial dos moradores do pré-assentamento, que é dividido em lotes familiares individuais, tornando-os, entre outras dificuldades, muito distantes uns dos outros e da unidade central.

Por esse motivo, a frequência dos pré-assentados desde o início, foi pequena apesar dos esforços da equipe em motivar e mobilizar as pessoas. Mesmo assim os laços de confiança, aparentemente, se mantinham, e outras demandas surgiam, até mesmo por que a comunidade tinha um enorme número de carências, porém, infelizmente a maioria delas, naquele momento não podiam ser atendidas pela IESol, que não tinha como



intervir em necessidades de infraestrutura e nem podia, se envolver em questões políticas do MST, como de fato não se envolve.

O trabalho de suporte, organização e consolidação do empreendimento solidário com a ATERRA, tem se mostrado um constante desafio, que se traduz no debate dos diversos olhares sobre associativismo, cooperativismo, coletivismo e colaboração solidária, pois, a característica peculiar do pré-assentamento, lotes familiares individuais, a resistência para a participação nas oficinas de formação e em grande medida, a reprodução do pensamento individualista, se revelam barreiras a serem superadas.

Houve também alguma resistência por parte de algumas pessoas, lideranças locais, em incentivar as famílias a participarem das oficinas, provavelmente devido a questões referentes aos conteúdos que davam importância a crítica e a reivindicação na participação das decisões, a horizontalidade e não hierarquização do trabalho. Princípios da Economia Solidária. Atualmente essas questões estão melhor estabelecidas.

Como já destacado, as famílias estão divididas em núcleos, que levam nomes de personalidades de âmbito nacional e local, as quais com isso são simbolicamente homenageadas. Os núcleos contêm os lotes de cada família, nos quais cultivam a terra com produtos agroecológicos, onde buscaram e conseguiram a necessária certificação. Porém, tem ainda muito pouco do seu planejamento para a produção, sistematizado e organizado.

A ATERRA, Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária, nome dado a entidade, cuja história de fundação é anterior a ocupação da área da EMBRAPA, conforme os dados que constam na sua Ata de Fundação. A sua fundação se deu conforme as diretrizes do MST, que através de seus princípios centrais tenta organizar os seus trabalhadores e trabalhadoras em Associações e Cooperativas, tendo em vista que é vital para o sucesso de um assentamento, a sua organização, que quanto maior e melhor for, maior as possibilidades desse sucesso.

Nos assentamentos onde existe maior organização, foi garantido um melhor acesso as políticas públicas sociais e produtivas. Domesmo modo, assentamentos analisados, onde havia falta de organização política, resultou em baixa capacidade de interlocução com os diversos órgãos públicos, bem como falta de organização produtiva, que poderia permitir uma utilização mais racional dos investimentos e potencialização dos sistemas produtivos. Ou seja, a organização de um assentamento é fator de vital importância. É através da organização que pressiona-se o governo para as demandas do assentamento, com a finalidade de torná-lo viável. (FAO/INCRA, 1998, p. 23)



A fundação da ATERRA ocorreu como um primeiro indicativo de que aquelas famílias precisavam de um meio de inserir-se, não apenas economicamente através da produção agrária, mas também dentro da estrutura administrativa do MST, para poder ter acesso a algum tipo de renda nesse início.

Com a organização da ATERRA, formou-se uma parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, através da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, que tem como finalidade o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Onde a CONAB faz a aquisição, comprando os alimentos produzidos pelos Agricultores Familiares e os doa a instituições governamentais que atendam as populações que se enquadrem na categoria mencionada. Assim, existe a chamada CPR-DOAÇÃO – Cédula de Produto Rural, dentro do que se denomina Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea. Conforme o artigo 19 da Lei 10.696 de 02 de Julho de 2003, Decreto número 5.873, de 15 de agosto de 2006 e Resoluções do grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Os beneficiários fornecedores, ou sejam, os trabalhadores e trabalhadoras rurais da Comunidade Emiliano Zapata, associados na ATERRA, estão enquadrados pelo PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, definidos de acordo com a Portaria MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, número 111, de 20 de Novembro de 2003, que obriga esses beneficiários estarem organizados em associações ou cooperativas.

O funcionamento dessa parceria é interessante para os beneficiários fornecedores, pois a compra é feita com antecipação de recursos para posterior fornecimento, ou seja, o pagamento é feito adiantado e o fornecedor se compromete a produzir e entregar a produção até uma determinada data, referente ao valor do recurso antecipado. A entrega, garante ao fornecedor uma reedição do acordo para a safra seguinte.

É importante ressaltar que as condições em que vivem as pessoas da Comunidade Emiliano Zapata, são muito precárias, e assim percebe-se por que a sua luta é tão importante. Existem, é claro, algumas possibilidades para além da parceria com o PAA, como a venda do feijão crioulo e da produção de pão e queijo, mas nem todas as famílias os produzem, e a renda advinda desses não é rateada com todos. E constata-se que, infelizmente, a única renda oficial da ATERRA, por família, era inferior ao salário mínimo da época.

Esses fatos, que são parte do grande número de dificuldades e desafios, foram apontados e observados durante o trabalho de extensão da IESOL, e consideramos que esse trabalho, terá sempre, como um dos objetivos principais, ampliar os ganhos e também fazer a aproximação com o trabalho coletivo em área comum à todos.



A possibilidade de uma interface do PAA com a Economia Solidária, passa pela superação de alguns obstáculos observados.

A principal característica do pré-assentamento, é a sua conformação em lotes individuais, o que não favorece o trabalho coletivo e solidário, como também a distância existente entre cada família não permite a construção ideal de capital social e tornam as relações, em certa medida, impessoais, mesmo todas as famílias sendo pertencentes a um mesmo movimento social, cuja finalidade é lutar por objetivos comuns.

A distância entre as habitações e a distância entre as famílias, que tem pouca articulação entre si, e também a falta de uma formação política-ideológica no que se refere a importância da participação coletiva, não favorece a construção de uma Cultura Solidária.

Falar em cultura solidária é falar em dificuldade. Isto porque nós vivemos em uma sociedade em que o que prevalece é a competição na maior partados casos e na multiplicidade das variadas formas de interações sociais. Aânsia individualista, efetivamente, domina a sociedade e, se ela, em determinados momentos, ajuda a que as pessoas possam se impulsionar para aprimorar suas habilidades, o que não deixa de ser muito interessante e importante, da mesma forma essa ânsia individualista acaba de alguma maneira, criando problemas para uma relação mais solidária. Por que? Porque ela acirra os antagonismos, elaacende as vaidades, ela cria obstáculos para a percepção do outro como coadjuvante no cenário da vida social. (MELLO, S. L. 2005, p. 34)

A conformação em lotes familiares individuais, prejudica a percepção geral das famílias para a importância vital da união ampliada, e que, devido a falta de formação adequada, permanecem unidas através do MST e de sua direção, mas reproduzem o individualismo presente na sociedade contemporânea, e possivelmente essa é a origem da não participação, ou da falta de uma participação mais efetiva, no que se refere as questões gerais do pré-assentamento, aliado aos outros dois fatores, deixando então essas famílias, focadas apenas nos seus interesses individuais de sobrevivência, e em consequência, revela-se a falta de articulação, que determina a forma organizativa atual da ATERRA.

Existe claramente na ATERRA, a carência de um trabalho de formação preparatório, onde então poderia ser construída uma Associação com todos os princípios necessários, esse trabalho deveria ter sido feito com rigor metodológico, porém, as condições nas quais foi constituído o pré-assentamento, e talvez a emergência de se ter uma entidade formalmente constituída para poder usufruir da parceria com a CONAB,





tendo em vista ser essa a única possibilidade de renda naquele momento, possam ter impelido a coordenação do Movimento, a pular algumas etapas importantes, que certamente levariam a construção de uma coletividade mais coesa e participativa.

Embora a Comunidade como um todo, em suas práticas reproduzam as características da ATERRA, os anos de trabalho de extensão realizado mostram que alguns caminhos foram abertos e outros superados. O fato da comercialização e por consequência a geração de renda, ocorrer de forma coletiva, mostrou a importância da união, não apenas para cumprir com o compromisso junto ao PAA, mas também que essas relações podem e devem transcender para as demais interações sociais da comunidade entre si e dessa com as outras comunidades do entorno.

As experiências adquiridas a partir do reconhecimento pelos trabalhadores e trabalhadoras, de que o trabalho na linha da economia solidária, fortalece os laços de afinidade e tem efeitos positivos na produção, mostram seu reflexo nas atitudes e nos discursos, o que confirma que os princípios da economia solidária aplicados a qualquer organização associada ou cooperada, mesmo naquelas com características sociais, culturais e econômicas das mais diversas, pode e deve transformar práticas diárias consolidadas em décadas pelo individualismo competitivo da capitalismo neoliberal.

Muitos aspectos do Programa de Aquisição de Alimentos convergem com a Economia Solidária, não no que tange um projeto político ideológico para a sociedade, mas como uma ferramenta de emancipação do trabalho agrícola e acesso a alimentação.

O primeiro ponto, em nossa perspectiva, que talvez se mostre mais importante é a promoção e o incentivo ao trabalho associativo e cooperativo. Como vimos anteriormente só é possível vender alimentos para a Conab quando os trabalhadores estão organizados coletivamente, e um dos princípios mais estruturantes da Ecosol é a organização do trabalho e dos trabalhadores de modo a permitir que estes sejam os atores de sua vida, que detenham o conhecimento, a gestão e as rédias de seu próprio meio de reprodução social.

A valorização das dinâmicas ambientais é algo a ser superada, tanto no que tange as práticas agrícolas incentivadas pelo PAA, tanto as práticas promovidas pela Economia Solidária, pois ambos ainda estão construindo um ideal de prática sustentável, no que concerne a agricultura, é claro.

No entanto o ponto mais significativo de ambas as propostas é a respeito da superação que tanto o PAA quanto a Ecosol, no diz respeito a agricultura, buscam. Pois ambos propõem outro modelo de produção agrícola, um modelo que acima de tudo produzam comida, e não commodities, que valorizem a diversidade não somente



produtiva dos alimentos, mas as diversidades e os hábitos alimentares de cada região brasileira, visto que o PAA buscou construir diferentes modalidades que contemplem as disparidades regionais, construindo desta maneira a soberania alimentar e o fortalecimento e valorização do trabalho no campo, bem como suas dinâmicas, sua cultura, seus saberes. A Economia Solidária age dentro da comunidade do pré-assentamento Emiliano Zapata, auxiliando as práticas agrícolas que propõem o PAA, ao mesmo tempo que constrói na localidade um foco de resistência ao modelo agrícola vigente.

Referências Bibliográficas

Brasil, CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Cédula de Produto Rural – CPR ESPECIAL, número 41.1.0225. 2007.

Comparato, Bruno Konder. A ação política do MST. São Paulo em Perspectiva, v. 15, número 4. São Paulo, Out/Dez. 2001.

CONCRAB. Sistema Cooperativista dos Assentados. Caderno de Cooperação Agrícola número 5, 2a Ed. 1998.

FAO/INCRA. Principais fatores que afetam os assentamentos da Reforma Agrária no Brasil. Coordenadores: Gilson Alceu Bittencourt et alii. Agosto/1998.

Faoro, Raymundo. Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 3a. Ed. 2001.

França Filho, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. Economia Solidária: Uma Abordagem Internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Reforma Agrária: Por um Brasil sem latifúndio: São Paulo: MST, 2000

Mello, Sylvia Leser. Organizadora: Economia Solidária e Autogestão: Encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino. A longa marcha do Campesinato Brasileiro: Movimentos Sociais, conflitos e Reforma Agrária. Estudos Avançados, vol. 15, no. 43, São Paulo, 2001.

Rocha Filho, Alnary Nunes. A ATERRA – Associação dos Trabalhadores Rurais da Reforma Agrária: Desafios, obstáculos e contradições na construção e organização de uma alternativa de economia solidária. 2010. 115p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa-PR, 2010.



Eurich, Joelcio. Balanço Energético em Agrossistemas de Produção Familiar. 2011.88p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós – Graduação em Agronomia, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa – PR, 2011.

Müller, Ana Luiza. A Construção de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre – RS, 2007.

Singer, Paul Israel. Introdução à Economia Solidária. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

